

**A CATEGORIA DE VOZ NAS GRAMÁTICAS
TRADICIONAIS PRÉ-NGB (II)
(Continuação do nº 26)**

Maria Claudete Lima (UFC)

AS GRAMÁTICAS DO PERÍODO HISTORICISTA

Silva Jr. (1894) reconhece apenas duas vozes do verbo português, ativa (“representa o sujeito”) e passiva (“representa o objeto do verbo”). Em vários outros pontos, porém, ao tecer comentários quer sobre os pronomes, quer sobre a conjugação ou sintaxe dos verbos, o autor fala de *verbos reflexivos* e *verbos neutros*:

Os nossos classicos, porém, estendiam o emprego desta forma aos verbos neutros: — a avesinha se cahiu; ella se morreu (B. Rib.), cahir-se, emagrecer-se, acontecer-se, partir-se (d’alli nos partiramos, Cam.). Hoje só temos esta liberdade quando o verbo neutro exprime expontaneidade da acção: — vive-se, come-se, bebe-se, dorme-se... (1894: 450)

E ainda:

O portuguez, como as outras linguas congeneres, adoptou esta construcção latina [verbo na ativa acompanhado de pronome reflexivo de 3ª pessoa] e assim crearam-se os nossos verbos reflexos pronominaes: mover-se, arrepende-se. (1894: 450)

Júlio Ribeiro (1899) igualmente não faz uma descrição detalhada de voz. Esta é apresentada como uma construção dos verbos transitivos. Estariam na voz ativa quando “a acção transitiva que representam é exercida pelo sujeito da oração” (1899: 68) e na voz passiva, quando “tal acção é exercida sobre esse sujeito” (1899: 68). Mas Ribeiro adverte que o português não tem forma especial de passiva: “suppre-se esta falta com tempos do verbo *ser* e participios aoristos” (1899: 268). Também o autor não distingue uma terceira voz, a reflexiva. Ao tratar de verbo pronominal (“verbo que “por uso da lingua se emprega sempre com um pronome objectivo, que representa o sujeito” (1899: 69)), diz que a distinção da ação do verbo em recíproca e reflexiva está mais no domínio da lógica do que no da gramática, opinião que surpreende e antecipa a necessidade questões lingüísticas no domínio da lingüística, isto num período em que a ciência da linguagem não se havia firmado ainda solidamente. Para corroborar o que diz, cita Garret:

O verdadeiro systema de grammatica devêra ser o de simplificar, mas parece que acintemente não tratam sinão de augmentar entidades e fazer difficultoso o que é simples e facil, multiplicando termos e categorias de divisões e subdivisões em cousas que as não precisam. Que quer dizer, por exemplo, verbo reciproco? É um verbo activo, nem mais, nem menos, com um pronome no objectivo, assim como podia ter um nome. (apud Ribeiro, 1899: 69)

Desse modo, reduzem-se as vozes a uma só: ativa — a única que teria forma especial. De qualquer modo, não fica clara a posição do autor quanto à definição da categoria de voz. O termo *ativo*, por exemplo, é usado tanto para classificar um tipo de verbo, como um tipo de voz; o termo *passivo*, apenas como um tipo de voz. Isso nos faria pensar numa categoria de voz como uma classificação da conjugação (tipos de voz) como fez claramente Adolfo Coelho (1891), distinta da classificação dos verbos, que dependeria da forma. Já o termo *reflexo* é usado apenas para voz, em duas afirmações contraditórias: ao negar a existência de uma voz reflexiva e ao observar o sentido passivo de determinadas construções: “Ha ainda a notar que a voz reflexa em romanico é tambem empregada como equivalente da passiva nas primeiras e segundas pessoas”. (1899: 336).

Se o autor demonstrou coerência ao usar o termo *voz* ao referir-se a construções específicas, não foi claro ao usar o termo *voz reflexa* para uma construção que, segundo ele, tem sentido passivo. Por outro lado, se não há, voz reflexa, porque falaria de uma voz reflexa com sentido passivo?

A construção com *se* é considerada por Ribeiro uma das maneiras de formar a passiva, quando o agente for indeterminado. Nesse caso, o sujeito deveria ser sempre incapaz de exercer a ação, para evitar ambigüidade.

Indica-se tambem [a outra forma é através de homem ou gente] nas linguas romanicas a indeterminação do agente de um verbo, unindo-se a esse o pronome reflexivo *se*, considerado como mera particula apassivadora. (1899: 332)

Com essas construções, haveria duas situações: a expressão impessoal, com verbos transitivos e intransitivos: *diz-se, crê-se, vai-se, vem-se, vive-se*, e a expressão pessoal, com verbos transitivos: *dá-se um baile, plantam-se arvores*.

O interessante, nesse estudo, é a explicação que Ribeiro dá para a passiva. Adianta-se aos funcionalistas e apresenta as funções discursivas da passiva, tanto em latim como nas línguas românicas.

A voz passiva em latim classico tem por principaes objectos:

1) trazer a lume o nome que teria servido de paciente, si a oração fosse construída em voz activa, nome esse que figura como sujeito.

2) Indicar uma acção sem designação precisa do agente que a leva a effeito.

(...)

Fica, pois, demonstrado que as fórmulas românicas construídas com *se*, bem como as fórmulas latinas passivas, servem para exprimir a acção sem trazer a lume o agente. (1899: 334)

A função (1) pode ser traduzida em termos modernos como “topicalizar o paciente” e a função (2) nada mais é que a função básica das formas de-transitivas, segundo Givón (1995), que é a de “demonção do agente”.

Se Ribeiro (1899) falhou ao oferecer uma descrição de voz precisa, inovou ao apresentar as funções discursivas da voz passiva, que, embora restritas ainda apenas à construção com *se*, guardam muita semelhança com estudos posteriores sobre tal categoria.

Outro gramático do período, João Ribeiro (1908) define voz à maneira tradicional, classificando-as em *passiva*, *ativa* e *reflexa*. O *se* recebe uma seção especial na parte dedicada à sintaxe. Construiria a chamada *voz média passiva* com verbos da terceira pessoa, quando não houvesse sujeitos que pudessem ser representados por pessoas capazes de ação: *fizeram-se casas*, *preparou-se a terra*. Quando usado nesse último caso, a construção ficaria ambígua, vez que poderia indicar espontaneidade da ação, como em (2)

(2) Na peleja, muitos soldados já se estendem mortos por terra. (1908: 219)

Ribeiro reconhece a dificuldade de análise do *se*:

Não é pequena a dificuldade de analyse da passiva com *se*. É demasiada subtilidade dizer que na phrase ‘Louva-se a Deus’ a palavra *Deus* não é complemento objectivo, e afirmar que a *Deus* é sujeito (com preposição!). (1908: 220)

E observa:

Além disso, ‘Louva-se a Deus’ não significa que ‘Deus é louvado’, e apenas que ‘Deus é para ser louvado, é digno de louvor,’ da mesma forma ‘Vende-se casas’, não significa ‘casas são vendidas’, mas ‘casas são para vender ou vendáveis’

Do mesmo modo analisem-se fórmulas como ‘Aqui bebe-se vinho puro.’, ‘Em Roma vive-se com pouco, ‘A que horas se come?’ (1908: 220)

Apesar da reconhecida dificuldade, o autor prefere considerar, nesses casos, o *se* um sujeito equivalente a *on* dos franceses ou *homem* da linguagem clássica. Para reforçar seu ponto de vista, o autor transcreve um trecho de um estudo de Alves de Amorim que considera a construção portuguesa com *se*, não um galicismo, mas um italianismo, semelhante à construção italiana *si va*. A construção portuguesa que mais se aproxima da francesa com *on*, como *on va* seria *a gente vai*. Em todo o caso, o *se* é analisado como sujeito, o que vai ao encontro de análises modernas, como as de Monteiro (1994) e de Ladeira (1986).

Todavia, o *se* não se limita à expressão da “médio-passiva”, o autor enumera outros empregos do *se*, todos passíveis de serem reduzidos a um só: exprimir espontaneidade da ação. Seria essa “espontaneidade da ação” que explicaria o emprego do *se* em frases como “Elle se partiu, elle se foi embora, alegremente se partia”. Da mesma forma, explicaria o uso do *se* junto ao verbo, indicando que “toda a existência expressa pelo verbo *vae* e volta ao sujeito ou nelle se cifra e limita” (1908: 221), como no exemplo citado pelo autor (1908: 221): “Quando se é mulher”. O autor explica ainda como resultado da expressão da espontaneidade casos como “a água evapora-se”:

O uso do *se* exprimindo a colaboração e espontaneidade do agente, serve para designar phenomenos naturaes; a agua evapora-se, — o que difere de — a agua é evaporada (podendo sel-o, nesse caso, artificial e propositadamente por outro agente). (1908: 221).

Também aqui, como observamos em Júlio Ribeiro, vislumbramos uma descrição que se aproxima da que Givón (1995) faz para distinguir, em inglês, três construções de-transitivas: a adjetiva-lexical, a passiva perfeita e passiva com *be*. A diferença básica proposta por Givón diz respeito, além da noção aspectual, exatamente à concepção ou não de um agente (mesmo que passível de supressão). Assim, a diferença proposta por João Ribeiro entre a

passiva com particípio e a construção com *se*, junto de verbos que expressam fenômenos naturais, resume-se no fato de a primeira admitir a concepção de um agente, mesmo que este não esteja expresso, e de a segunda expressar o fato dando-se espontaneamente. Restar-nos-ia saber o que exatamente o autor denomina de “fenômenos naturais”. O que ele chama de “fenômenos naturais” não seriam apenas aqueles produzidos espontaneamente pela natureza, como a evaporação da água, mas toda modificação para que um agente humano não contribuiu. Nesse último caso, as frases (3) e (4) também expressariam “fenômenos naturais”.

(3) “o feijão queimou”

(4) “o navio afundou”

Fica dado, assim, com João Ribeiro (1908) mais um passo na direção de uma melhor percepção da categoria de voz. Se com Júlio Ribeiro tivemos o início de um tratamento “funcional” da categoria de voz, em João Ribeiro temos um princípio da discussão em torno dos traços que caracterizariam a voz média e a diferenciariam da voz passiva.

Já Maximino Maciel (1914) não fala de voz ao definir verbo. Essa categoria só aparece na parte em que trata de sintaxe, quando então define voz e suas subcategorias, o que nos permite pressupor que concebia tal categoria como sintático-semântica. Voz, segundo o autor, é a modalidade sob que se exprime a ação de um verbo objetivo, ou seja, de um verbo transitivo. Apresentar-se-ia sob duas formas: ativa e passiva.

Haveria três formas de expressão da passividade: a passiva com particípio, a passiva com *se* e a passiva do infinitivo, que o autor chama de *passividade semiótica ou latente*, porque “se exprime apenas pelo sentido, pois o verbo exteriormente não possui sinal de passividade” (Maciel, 1914: 366).

Quanto à passiva participial, o autor admite para formá-la, além do verbo *ser*, os verbos *estar*, *ficar*, *andar*, *ir* e *vir*. Já a passiva com *se* ocorreria sob três condições: (a) o sujeito é nome de coisa ou ser abstracto; (b) o sujeito, embora representado por pessoa, não exerce a ação do verbo. (c) o sujeito é constituído por proposição ou expressão equivalente.

A passiva semiótica (sic) dar-se-ia apenas com infinitivos, que se adaptam a qualquer função por não serem ativos nem passivos. Ocorreria com os verbos *deixar, fazer, ouvir e ver*; com os verbos *ser, estar, levar, trazer* e depois de determinados adjetivos descritivos.

Maciel não fala de uma voz reflexiva, apenas se refere a *verbo reflexivo* quando fala da pronominalidade do verbo. Define verbo *pronominado* como aquele a que se acham anexados dois pronomes pessoais da mesma pessoa. Haveria cinco tipos de verbos pronominados: *pronominado reflexivo, pronominado passivo, pronominado indefinito, pronominado recíproco, pronominado emphatico*.

Essa divisão em classes de verbos pronominados segue critérios distintos, o que resulta numa classificação arbitrária e confusa. O pronominado reflexivo é definido formal e sintaticamente como o verbo que tem dois pronomes da mesma pessoa, um sujeito e outro objeto: *eu me julgo* (Maciel, 1914: 132).

Também o pronominado indefinito e o emphatico são definidos formal e sintaticamente. O primeiro é definido como aquele que é “formado de um verbo qualquer regido da partícula *se* exprimindo o sujeito indeterminado, ex.: *bebe-se*” (1914: 133). Já o segundo como “verbo de predicação completa regido da forma pronominal, não exprimindo função apreciável, ex.: *foi-se o homem*.” (1914: 133).

Já o pronominado passivo e o pronominado recíproco são definidos formal e semanticamente, conforme a “modalidade da ação”, o que poderia levar a uma voz recíproca. O pronominado passivo é definido como o verbo “nas terceiras pessoas modificado do pronome *se*, exprimindo ação sofrida pelo sujeito, ex.: *o barco virou-se, a casa queimou-se, os livros se vendem*.” (1914: 133). O pronominado recíproco seria aquele “regido da forma pronominal, exprimindo reciprocidade de ação, ex.: *eles se estimam, elle se corresponde com ella por meio de cartas*” (1914: 133).

Figura-se-nos incoerente definir voz como as “modalidades da ação” e, admitindo que a ação pode se dar de forma recíproca, não falar de uma voz recíproca. Além disso, a divisão dos verbos pronominados deveria seguir apenas um critério. A caracterização do

pronominado reflexivo não é suficiente para distingui-lo dos outros tipos. O fato de haver dois pronomes da mesma pessoa não é exclusivo do pronominado reflexivo. Ocorre com o enfático, em todas as pessoas, e também com o recíproco e o passivo, embora apenas nas terceiras pessoas. O outro traço, que é um dos pronomes ser sujeito e outro objeto, ocorre também com o recíproco. Desse modo, o que levaria a distinguir um verbo reflexivo do passivo e recíproco seria a negação. O reflexivo seria caracterizado não só pelos dois traços apontados pelo autor, mas também por não exprimir ação sofrida pelo sujeito, nem reciprocidade da ação. A tabela (3) resume essas colocações.

Tabela 1: Tipos de verbos pronominados, segundo Maciel (1914)

	reflexivo	passivo	indefinito	Recíproco	enfático
forma	“Dois pronomes da mesma pessoa”	Verbo 3ª p. + se	se	Se	Verbo de predic. Completa + se
Função	Sujeito/objeto		Sujeito indeterminado		Sem função
Sentido		Ação sofrida pelo sujeito		Reciprocidade da ação	

O último autor de que trataremos aqui — Bueno (1963) — faz uma descrição de voz que se aproxima mais da que fazem autores pós-NGB. Voz, por exemplo, é definida como “os diversos modos em que se relacionam o sujeito e o predicado quanto à atribuição da atividade do verbo” (1963: 375), definição semelhante a que fazem os autores modernos. Esses modos seriam três: ativa, passiva e reflexa.

Observe-se que já temos aqui a voz como a expressão de uma relação entre sujeito e predicado, conceito que reaparece em Macambira (1986) e que nos leva a considerar voz não uma categoria restrita ao verbo, mas pertencente à oração inteira. Essa interpretação é reforçada com o título dado à seção: “Concordância das vozes verbais”, que, ao mesmo tempo, enfatiza a relação sujeito/predicado e lembra a posição de Andersen (1996) quanto à diátese grega:

Isso indica que a verdadeira categoria gramatical é a concordância verbal, cuja função é indicar no verbo as várias propriedades do

sintagma nominal (i.e. do sujeito no grego clássico) a que se refere. (Andersen, 1996: 4/2)

[This in turn indicates that the actual grammatical category at issue here is verbal 'agreement', the function of which is to indicate on the verb various properties of the noun phrase (i.e. the 'subject' in Classical Greek) to which it refers. (Andersen, 1996: 4/2)]

Bueno considera ainda uma quarta possibilidade de relação entre sujeito e predicado, que é a inexistência quer de ação ou de recepção. Nesse caso, haveria apenas uma qualidade ou estado e a frase não teria nenhuma das três vozes, seria do tipo *neutro*, como em “Pedro é rico”. Além dos verbos *ser*, *estar*, são incluídos nesse caso os verbos intransitivos:

Assim: *Pedro dorme — Pedro vive — João morreu*. Não podemos dizer que os sujeitos de tais frases tenham executado ou estejam executando ação alguma, nem tampouco que a estejam recebendo: são fenômenos que se passam no próprio sujeito. Constituem, pois, casos neutros. (1963: 375).

A CONTRIBUIÇÃO DE SAID ALI

Said Ali (1963: 95) não define o que é *voz*, mas classifica as vozes do verbo português em três: *ativa*, cuja forma seria a “usual simples”; *passiva*, formada pelo particípio do pretérito com o auxiliar *ser*; e *média*. A *média* assumiria cinco significações diferentes: (1) ação rigorosamente reflexa, que o sujeito pratica sobre si mesmo; (2) estado ou condição; (3) ato material ou movimento que o sujeito executa em sua própria pessoa, sem haver a idéia de direção reflexa; (4) ato em que o sujeito aparece vivamente afetado; (5) ação recíproca.

Já em Said Ali (1964), o autor oferece mais detalhes sobre a voz *média*, sem, contudo, ainda definir o que seja voz. Mantém a classificação das vozes do verbo em *ativa*, *passiva* e *média*:

Embora o autor se exima de definir voz, esta categoria parece ser considerada *mórfica*, ou antes, *morfo-semântica*, que não encontra nos intransitivos uma concordância forma/sentido como encontra nos transitivos.

Esta classificação facilita o estudo das formas, mas nem por isso se harmoniza sempre com a significação do verbo. *Andar*, *fugir*, *ir*, *voar* e outros intransitivos representam atividade em que o sujeito é, como nos

transitivos ativos, verdadeiro agente; porém em *padecer*, *adoecer*, *morrer*, *envelhecer*, *durar*, não se revela nenhuma atividade da parte do sujeito. São atos que nele se consumam, estados pelos quais passa (...). A condição do sujeito aqui é a de paciente. Estoutros intransitivos, ainda que tenham forma ativa, aproximam-se, pois, quanto à significação, antes dos transitivos passivos que dos transitivos ativos. (1964: 177).

A voz média é a que merece mais comentários do filólogo. É apresentada como uma forma verbal intermediária entre ativa e passiva, conjugada com pronome reflexivo que abrange várias funções. Serve para expressar reflexividade, reciprocidade e outras noções. Uma dessas funções é indicar, por exemplo, que a ação não emana do sujeito, mas que ele foi afetado: “Pedro feriu-se nos espinhos”. Verbos que indicam sentimento, conjugados com o pronome — *zanguei-me*, *aborreci-me*, *enganei-me* — indicam que “o mesmo efeito que o sujeito, como agente, produz em outros indivíduos, se produziu inversamente nele por uma causa qualquer exterior” (1964: 178).

Os verbos pronominais podem também ter significação ativa, quando “o sentimento manifesta-se exteriormente por alguma atividade” (1964: 178). Nesse caso, o pronome reflexivo denotaria a pessoa vivamente afetada: *gloriar-se*, *atrever-se lamentar-se*, *queixar-se*. O inverso não é, contudo, verdadeiro, ou seja, nem sempre um sentimento manifesto exteriormente é expresso por forma medial. Pode-se tanto usar *atrever-se*, verbo pronominal, como seu sinônimo *ousar*, verbo ativo.

Outra função da forma reflexa é indicar “atos materiais, em geral movimentos, que o sujeito executa em sua própria pessoa iguais ao que executa em cousas ou em outras pessoas” (1964: 178): *levantar-se*, *sentar-se*, *deitar-se atirar-se*, *arremessar-se*, *ajoelhar-se*, *abaixar-se* e outros. Essa mesma construção empregada com nomes de coisas indica que “a ação se executa por si mesma no objeto de que se fala.” (1964: 179). Nesses casos, a voz medial denota atos espontâneos, sem agente ou causa aparente.

O uso do *se*, em frases como *vendem-se casas*, *alugam-se quartos*, considerado por muitos como casos de voz passiva, é explicado por Said Ali como uma extensão do processo de denotar atos espontâneos:

A linguagem, aproveitando-se dessa facilidade, torna o mesmo processo extensivo a casos de outra espécie e trata como se espontâneos fossem atos emanados de agente que não se quer ou não se sabe mencionar. (1964: 179)

A diferença entre o uso para denotar atos espontâneos e o uso para denotar agente indeterminado poderia ser a posição do nome:

Mas aqui, sendo latente a noção de agente humano, costuma-se colocar o substantivo no lugar que compete ao objeto direto, isto é, depois do verbo. Algumas vezes basta trocar a ordem das palavras para alterar o sentido, como em *estraga-se a roupa e a roupa estraga-se*. (1964: 179)

Um estudo mais detalhado sobre o *se* nesta função em Said Ali (1966). Nele, o autor defende a análise dessas construções como frases com agente indeterminado. Após algumas reflexões sobre o uso do *se* no indo-europeu, tece observações sobre a perda da consciência do valor do *se* que teriam oposto frases do tipo *foram-se para o céu e eles foram para o céu*.

Said Ali nega o caráter passivo a verbos construídos com *se*. Para demonstrá-lo, o autor sugere uma situação de uso das duas formas, a reflexiva e a passiva, e a apresenta de forma tão clara, que nos limitamos a transcrevê-la aqui:

Coloque-se na frente de um prédio um escrito com a primeira das frases [*aluga-se esta casa*], na frente de outro ponha-se o escrito contendo os dizeres *esta casa é alugada*. Os pretendentes sem dúvida encaminham-se unicamente para uma das casas, convencidos de que a outra já está tomada. O anúncio desta parecerá supérfluo, interessando apenas aos supostos moradores, que talvez queiram significar não serem eles os proprietários. Se o dono do prédio completar, no sentido hipergramatical, a sua tabuleta deste modo: *esta casa é alugada por alguém*, não se perceberá a necessidade da declaração e os transeuntes desconfiarão da sanidade mental de quem tal escrito expõe ao público. (1966: 98)

A diferença entre as duas formas é, portanto, não só formal mas também semântica. O *se*, para Said Ali, é, na verdade, um elemento formativo da voz medial analítica que assume diversas funções tal como assumia a média sintética das línguas clássicas. Uma dessas funções é denotar agente desconhecido, ou por realmente ser desconhecido do falante ou por o falante simplesmente não querer mencioná-lo. Isso estaria claro em frases como “*compra-se o palácio e morre-se de fome*”, onde o pronome *se* “sugere, na

consciência de todo o mundo, a idéia de alguém que compra, de alguém que morre, mas que não conhecemos ou não queremos nomear” (1966: 92).

O papel do nome que segue o verbo não é, então, de sujeito passivo, mas de complemento do verbo. Para isso, concorre o fato de o nome poder vir precedido de preposição, como na conhecida passagem de Castilho (*apud* Said Ali, 1966: 93): *Por tudo isto se admira a Vieira; a Bernardes admira-se e ama-se.*

Além disso, o paralelismo dessas construções com outras com verbo intransitivo reforça a hipótese do agente indeterminado:

Imaginemos a seguinte parataxe: nesta terra grita-se e trabalha-se; faz-se tudo e em tudo se desfaz; vive-se enfim miseravelmente e na miséria se morre. Tão perfeito é o paralelismo das formas verbais tendo o reflexivo se, como é o paralelismo da noção de atividade expressa por essas mesmas formas. O sistema da análise há-de portanto ser um só; não podemos admitir dois pesos e duas medidas. (1966: 100)

Said Ali conclui sua argumentação, afirmando que *as “formas não-ativas (passiva em latim, reflexiva em português) têm significação ativa nos verbos sem sujeito.”* (1966: 100). Afirmamos antes que a categoria de voz parecia assumir um caráter morfo-semântico para Said Ali, que admitia a falta de iconicidade forma/sentido com verbos intransitivos. Diante dessa afirmação, temos de considerar que essa ausência de relação icônica forma/sentido ocorreria também em outros casos.

Observando os termos empregados pelo autor — voz passiva, forma reflexiva, voz ativa, significação ativa, voz medial — deduzimos o seguinte: (1) voz ativa, voz passiva correspondem a um conjugado de forma e sentido, embora nem sempre haja iconicidade; (2) os verbos têm forma ativa, forma passiva e forma reflexiva; (3) a voz medial seria uma forma que conjugaria diversos sentidos. A tabela (4) abaixo resume os pontos principais da teoria de Said Ali.

Tabela 2: Caracterização morfo-semântica das vozes em Said Ali

	Voz ativa	Voz passiva	Voz medial
Forma	Conjugação simples	Ser + particípio	Conjugação com se
Sentido	Sujeito agente “Ponto donde parte a	Sujeito paciente “ponto para o qual a	Sujeito afetado, Agente inexistente ou

	ação” atividade	ação se dirige” passividade	indeterminado. Reflexividade Reciprocidade Atividade e outros
--	--------------------	--------------------------------	--

Sem dúvida, Said Ali muito contribuiu para a descrição da voz em português. Distinguindo no verbo o que era forma do que era sentido, e mais, não se deixando guiar cegamente por este último, Said Ali demonstrou mais bom senso que muitos de nossos contemporâneos, que usam ora de um critério, ora doutro. O estudo que fez do *se*, com argumentos bem construídos, a descrição dos diversos valores da forma medial, justificam o lugar de destaque que ocupa entre os autores brasileiros.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, conclui-se que: (a) a conceituação de voz, bem como sua tipologia constitui um problema em aberto a ser investigado; (b) cada subtipo de voz tende a constituir um ente heterogêneo em meio a seus pares, já que há conflito de critérios; (c) a voz, num e noutro momento, ora tem tratamento mórfico, ora semântico, ora sintático-semântico e até mesmo pragmático, sem solução de continuidade.

Todavia, pontos positivos salientam-se, entre os quais: (a) a tentativa de diferenciar a média da passiva, com base em critérios formais, semânticos e mesmo pragmáticos; (b) em alguns autores, como Fernão de Oliveira, existe a adoção de um critério unívoco, baseado na paridade forma/sentido, através do qual se admite apenas a voz ativa; (c) tentativa de alguns autores de caracterizar as construções passivas como de natureza sintática e não morfológica; (d) distinção entre voz da oração e voz do verbo, que evoca Halliday (1976); (e) questionamento sobre a passiva, no que tange à sua caracterização léxica ou gramatical; (f) questionamento sobre a função do *se*: índice de indeterminação, índice de apassivação ou mesmo sujeito?

Nosso artigo terá atingido o seu objetivo se tiver mostrado aspectos positivos de uma tradição tão desprezada, mesmo porque a maior parte dos críticos só se detém nos gramáticos pós-NGB ou,

deslumbrados com a lingüística moderna, já vão aos textos antigos cheio de vivências preconceituosas.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSEN, Paul Kent. *Dionysios Thrax's concept of diáthesis*. [on line] Disponível em www.liu.se/isk/asv/pka/diates/diates1.html. 1996.

BARBOSA, Jeronymo Soares *Grammatica philosophica da lingua portugueza*. 6ª ed. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1875.

BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa*. Org. de José Pedro Machado. Lisboa: [s/ed.], 1957.

BUENO, Francisco da Silveira. *Gramática normativa da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1963.

COELHO, Adolfo. *Noções elementares de grammatica portugueza*. Porto: Lemos & C.A., 1891.

GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Philadelphia: J. Benjamins, 1995.

HALLIDAY, M.A.K. Estrutura e função da linguagem. In: LYONS, John. (org.) *Novos horizontes em lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1976.

LADEIRA, José Dionísio. (1986) SE índice de indeterminação do sujeito ou SE sujeito? *Revista de Letras*. Fortaleza, 11 (2): 4553.

MACAMBIRA, José Rebouças. *Estrutura do vernáculo*. Fortaleza: Secretaria de Educação e Desportos, 1986.

MACIEL, Maximino *Grammatica descriptiva*. São Paulo: Francisco Alves, 1914.

MONTEIRO, José Lemos. *Pronomes pessoais*. Fortaleza: UFC, 1994.

OLIVEIRA, Fernão de. *Gramática da linguagem portuguesa*. Introdução, leitura e notas de Leonor Carvalho Buesco. Lisboa: Casa da Moeda, 1975.

RIBEIRO, João. *Grammatica da lingua portugueza*. São Paulo: Francisco Alves, 1908.

RIBEIRO, Júlio. *Grammatica poretugueza*. São Paulo: Miguel Melillo Editor, 1899.

SAID ALI, Manauel. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, [s/d].

———. *Gramática secundária da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1963.

———. *Dificuldades da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1966.

SILVA JR., Pacheco. *Grammatica da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Classica de Alves.